

Claire Joubert (org.) (2014), *Le postcolonial comparé, anglophonie, francophonie*. Saint-Denis: Presses Universitaires de Vincennes, Coll. Littérature Hors Frontière, 288 pp.

Fabrice Schurmans



Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Edição electrónica

URL: <http://eces.revues.org/2171>

ISSN: 1647-0737

Refêrencia eletrónica

Fabrice Schurmans, « Claire Joubert (org.) (2014), *Le postcolonial comparé, anglophonie, francophonie*. Saint-Denis: Presses Universitaires de Vincennes, Coll. Littérature Hors Frontière, 288 pp. », *e-cadernos ces* [Online], 26 | 2016, colocado online no dia 15 Dezembro 2016, consultado a 11 Março 2017. URL : <http://eces.revues.org/2171>



de esperar que a interdisciplinaridade tivesse fomentado um maior diálogo crítico entre as suas partes e, assim, uma maior coerência no projeto final.

Fabrice Schurmans

CLAIRE JOUBERT (ORG.) (2014), *LE POSTCOLONIAL COMPARE, ANGLOPHONIE, FRANCOPHONIE*. SAINT-DENIS: PRESSES UNIVERSITAIRES DE VINCENNES, COLL. LITTERATURE HORS FRONTIERE, 288 PP.

COMPARAR SOBRE A FRONTEIRA. PARA UMA ABORDAGEM PÓS-COLONIAL ÀS LITERATURAS DO SUL*

No prefácio, Émilienne Baneth-Nouailhetas e Claire Joubert abordam o projeto na origem do volume: o contexto político e epistemológico – a mundialização neoliberal, a desvalorização das ciências sociais e humanas em nome da sua suposta inutilidade e falta de cientificidade – determinou, em parte, o plano de retornar ao pós-colonial numa perspetiva comparada, com o objetivo de aprofundar o conhecimento da ligação entre colonização e mundialização, uma vez que a primeira continua a fazer sentir os seus efeitos no presente. Em todas as situações coloniais, o polo dominante tem tendência para afirmar a sua autoridade e o seu poder sobre um saber, uma epistemologia e uma língua, impostos ao polo dominado. Cabe a este último desenvolver estratégias de adaptação, escape e/ou rejeição perante o saber importado. Na relação colonial, avançam as autoras, “o 'mesmo' da língua sobrepõe-se ao 'outro' da história” (p. 6). Trata-se assim, ao longo do volume, de compreender as literaturas pós-coloniais na sua pluralidade, privilegiando a análise da relação entre conhecimento e poder, bem como leituras pluridisciplinares. “Trata-se de perturbar as habituais fronteiras entre disciplinas e epistemologias a fim de abrir um espaço para a energia criativa, significativa em termos históricos e políticos, da literatura.” (p. 7).

A primeira parte, “Os estudos pós-coloniais e a prova comparatista”, pretende lançar as bases teóricas de uma abordagem comparada das literaturas pós-coloniais. Robert Young reconstitui a história das denominações usadas para descrever as literaturas escritas em inglês fora do Reino Unido. O título do seu contributo é bastante revelador – “Literatura inglesa ou literaturas de língua inglesa” –, com a primeira denominação a remeter para uma conceção nacional (o Estado nacional unilingue), e a segunda a insistir na pluralidade de escritas contemporâneas em inglês. Foi sem

* Este texto resulta do trabalho desenvolvido no âmbito do Projeto “MEMOIRS – Children of Empires and European Postmemories”, financiado pelo Conselho Europeu para a Investigação (ERC) no quadro do Horizonte 2020, programa para a investigação e inovação da União Europeia (contrato n.º 648624).

dúvida o colonialismo que obrigou intelectuais e investigadores a repensar as antigas categorias. Como descrever estes escritores oriundos de dezenas de novos Estados que fizeram do inglês a sua língua de escrita? A noção de *Commonwealth Literature* nasceu desta nova realidade. Sabemos que escritores como Rushdie iriam recusar a denominação pois, por um lado, ela tende a suavizar as relações de poder com o antigo centro imperial e, por outro, reagrupa “todos os escritores das antigas colónias como se formassem um grupo homogéneo” (p. 50). Em relação à *literatura anglófona*, aparentemente mais neutra em termos políticos, Young observa que, à semelhança do que se verifica no mundo francófono, a noção tem a desvantagem de estabelecer uma hierarquia entre o centro literário, partilhado entre o Reino Unido e os Estados Unidos, e a periferia, com o termo anglófono a remeter unicamente para a produção proveniente desta última. A denominação “literaturas pós-coloniais” oferece, para Young, diversas vantagens, entre as quais a de não designar uma língua em particular, embora algumas vezes critiquem o seu âmbito, demasiado amplo. No entanto, a sua definição, por privilegiar o lado empenhado destas literaturas (“O termo pós-colonial implica também um certo tipo de literatura, geralmente definido por uma política de resistência ou de combate político”, p. 55), negligencia *in fine* uma grande parte do que se escreve a partir das antigas colónias. É inegável que os estudos pós-coloniais introduziram, não apenas no mundo anglo-saxónico, novas perspetivas analíticas e teóricas que favoreceram abordagens pluridisciplinares ao fenómeno literário. “A revolução introduzida pelos *Postcolonial studies* foi de não tratar a literatura no sentido estreito mas da política do saber e em modos em que o saber transmitido pelas obras tende a implicar uma certa política [...]” (p. 59).

As considerações iniciais de Young encontram eco no contributo de Jean-Marc Moura – “Crítica francófona do pós-colonial e crítica pós-colonial da francofonia” – que se debruça sobre a maneira de os investigadores abordarem atualmente as literaturas pós-coloniais de língua francesa. Sabemos que não foi fácil na França ler e interpretar estas literaturas de acordo com uma perspetiva pós-colonial, aspeto agravado pelo facto de uma denominação concorrente – literaturas francófonas – parecer satisfazer numerosos críticos e investigadores. Todavia, como recorda Moura, esta noção permanece portadora de uma série de aporias, devido à sua inscrição parcial no espaço da Francofonia política. Através desta designação, o Estado francês pretendia, por um lado, manter um papel dominante nas suas relações políticas e económicas com as ex-colónias e, por outro lado, fazer do francês metropolitano e de uma certa cultura por ele expressa a referência para as margens do sistema posto em prática (as instâncias de legitimação e consagração muito centralizadas continuavam a determinar, em grande parte, o grau de literariedade dos textos provenientes do todo

da Francofonia). Perante os problemas levantados pelas denominações destas literaturas escritas em francês fora de França, parece ser consensual que o plural reflete melhor a diversidade de escritas provenientes de espaços diversos. Por conseguinte, não seria mais apropriado falar de francofonias? Ainda que Moura não use o termo, a sua descrição do contributo dos estudos pós-coloniais vai, sem dúvida, neste sentido: “Os Estudos Pós-coloniais destacam sobretudo um francês concebido como língua no plural, desprovida de um centro evidente” (p. 84). Tal como Young, o investigador francês assinala a emergência de novos termos que abrem certamente outros horizontes (literatura-mundo, Estudos da globalização), mas sem porem em causa a especificidade da abordagem pós-colonial das “Literaturas do Sul”, já que esta permite “um tópico muito útil ao questionar os efeitos coloniais/imperiais das disposições da escrita e da leitura, os usos dos códigos literários e linguísticos, e finalmente os modos de representação do real.” (p. 91). Além disso, e aqui encontramos o objetivo da obra, os estudos pós-coloniais da literatura abrem-se quase naturalmente para a perspetiva comparada, procurando, para lá da diferença linguística, construir novos espaços (o mundo atlântico, por exemplo) em que obras e percursos de escritores venham a ganhar significados diferentes. É, aliás, o que demonstram os artigos de Gyssels e de Cottias e Dobie na segunda parte da obra – “As Caraíbas: lugar crítico do pós-colonial” – em que curiosamente alguns contributos evitam a perspetiva comparada e as suas problemáticas, ou apenas as exploram marginalmente. Gyssels, um especialista poliglota do espaço em questão, identificou o que se joga nos mundos das Caraíbas, onde a aproximação entre práticas e textos escritos em línguas diferentes permite reavaliar a história de certas literaturas pós-coloniais. Assim, aproximar Albert Helman, escritor do Suriname que escreve em neerlandês, do guianês Léon-Gontran Damas permite compreender que neste espaço as fronteiras literárias são, por vezes, menos porosas do que as fronteiras geográficas: “Ainda que as fronteiras entre a Guiana Francesa e o Suriname sejam permeáveis, a travessia da fronteira literária permanece rara. [...] Fazer dialogar autores e críticos do arquipélago caribenho é particularmente desafiador” (p. 212). Através da comparação, o leitor compreende que Damas e Helman partilham a mesma vontade de fazer reconhecer, através da constituição de audaciosas antologias, produções literárias marginalizadas e pouco conhecidas. Fazem-no numa perspetiva comparada e os próprios reabilitaram na sua própria produção os excluídos (nomeadamente os ameríndios), bem como denunciaram os efeitos do colonialismo.

Cottias e Dobie abrem caminhos promissores no seio do espaço atlântico, comparando as trajetórias de Joséphine Baker e de Mayotte Capécia. É certo que a obra da escritora e intelectual cubana Nancy Morejón foi objeto de análise

aprofundada neste volume, mas as duas investigadoras desenvolvem uma abordagem realmente comparativa, cujos efeitos heurísticos se farão sentir durante muito tempo. É que não se trata apenas de reavaliar o trabalho respetivo de duas artistas – Cottias e Dobie contribuíram para tal reeditando os dois romances de Capécia em 2012 – e de os comparar, mas de pôr em causa as leituras anteriores que tinham produzido os seus percursos como produtos da epistemologia colonial e da questão da “raça”. Recordam também que, até há bem pouco tempo, Capécia apenas figurava na história das literaturas providas das Antilhas através da leitura feita por Fanon em *Peau noire, masques blancs*.

Cottias e Dobie releem Fanon e Capécia para mostrar que o primeiro ignorava os condicionalismos associados à identidade sexual e que a segunda tinha desenvolvido, nos seus livros bem como na sua vida privada, estratégias de sobrevivência (nomeadamente para garantir um certo conforto aos seus filhos). Para as investigadoras, a interseção de “raça” e identidade sexual é bastante problemática na análise que Fanon faz de *Je suis Martiniquaise*: “Ele ignora as passagens que sugerem que a narradora exprime o desejo de se casar com um branco por razões de promoção social e económica” (p. 259). Dizem também na sua análise que Fanon não aborda “os aspetos económicos, políticos e sociais dos romances de Capécia” (p. 261). A leitura das investigadoras questiona um ponto fundamental, um ângulo morto, do pensamento de Fanon: a “raça” é a sua matriz de interpretação dominante das relações de poder nas Antilhas e nas colónias, mas Capécia encena nos seus textos um conjunto de fatores, tais como identidade sexual, estatuto socioeconómico, o facto de se ser colonial ou metropolitano (p. 261).

As investigadoras estudam as biografias de Baker e Capécia para melhor comparar, o que significa que a comparação permite, neste caso, entender melhor as especificidades dos respetivos percursos. É certo que as duas artistas adotaram certas “representações convencionais” da mulher negra, mas serviram-se delas para “atingir os seus próprios objetivos, quer sejam pessoais ou políticos.” (p. 245). A interseccionalidade permite captar mais subtilmente os percursos em causa, bem como reler de forma inovadora a história do movimento negro: “as mulheres “negras” não tinham uma função central na nova militância “negra” dos anos 1950” (p. 248). O trabalho de Cottias e Dobie confirma de maneira esclarecedora a intuição de Moura sobre o facto de que, no domínio das literaturas do Sul, ou literaturas pós-coloniais, a perspetiva comparada é a mais adequada para dar conta das geografias íntimas e literárias, dos cruzamentos inesperados, para mostrar a artificialidade de certas fronteiras e pôr em causa os fundamentos de certas leituras hegemónicas.

É de assinalar ainda, no final do volume, uma recolha bibliográfica tão importante como essencial referente às teorias pós-coloniais, bem como às abordagens pós-coloniais das literaturas do Sul.

Fabrice Schurmans

POLITIQUE AFRICAINE, « BLACKNESS », 136, DECEMBRE 2014, 216 P.

L'IDENTITE FLUIDE ET HETEROGENE DES MONDES ATLANTIQUES*

Ce numéro prend pour objet la *blackness*, notion traduite au fil des contributions par identité noire, être-noir, identification noire ou encore question noire afin de décrire une manière particulière d'être au monde. Si Thomas Fouquet dans son texte introductif annonce que l'on observera cette identité noire à partir d'expériences et de récits africains, on relèvera que les articles suivants tournent tous autour d'un espace à la fois local (africain) et global (l'Atlantique noir), comme s'il était impossible de s'éloigner tout à fait du lieu réel (les États-Unis) et métaphorique (l'Atlantique) où la *blackness* trouve son origine. Fouquet envisage celle-ci à partir des villes africaines et moins à partir de l'Atlantique : « l'approche en termes de *blackness* a, ici, avant tout pour objectif d'ouvrir un dialogue critique sur les façons de concevoir et de (se) représenter l'Afrique » (p. 6). Les rapports de pouvoirs globaux sont ainsi examinés à partir « de leurs traductions sociales et politiques locales » (p. 7). Il y aurait donc des « identifications chromatiques » à partir de l'Afrique et qui toucheraient avant tout des « imaginaires du pouvoir » (p. 7). À cela s'ajoute des identifications à des styles culturels (hip hop, rap, reggae) autorisant le sujet noir à se définir de façon positive, à l'inverse du « sentiment d'insignifiance sociale » ressenti par bon nombre. Pour Fouquet, peu importe finalement que l'imagerie véhiculée par ces représentations aient peu ou pas à voir avec les conditions de vie de la grande majorité des Noirs aux États-Unis ou dans les Caraïbes, ces biens culturels, au-delà des poses et des postures, donneraient à voir et à entendre un potentiel critique. Sans doute, mais les marques de la réussite matérielle, la violence exhibée, la misogynie, peuvent-elles vraiment être perçues comme une manière de défier les pouvoirs établis ? Il est également loisible d'y voir, d'une part, l'assimilation des règles de fonctionnement de l'économie néolibérale (les vêtements, les gestes, l'argot ne ressortissant dès lors qu'à l'apparat) et, d'autre part, l'expression du désir de consommation à outrance des biens matériels

* Ce texte résulte du travail développé dans le cadre du projet MEMOIRS – Children of Empires and European Postmemories, financé par le Conseil Européen pour la Recherche (ERC), Horizon 2020, programme pour la recherche et l'innovation de l'Union Européenne (contrat n.º 648624).